

## EMERGÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DO REGIONALISMO NORTE-MINEIRO: UM ENFOQUE HISTÓRICO

*Laurindo Mékie Pereira*<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo aborda a emergência e desenvolvimento histórico do regionalismo político norte-mineiro, partindo de sua aparição em meados do século XIX até a sua consolidação na década de 1960. O objetivo é identificar como se moldou, tendo como perspectiva as sucessivas conjunturas históricas, o regionalismo norte-mineiro, salientando a suas características principais. A conclusão principal é que o discurso e prática regionalistas instituíram a região, o Norte de Minas, e produziram uma matriz a partir da qual se explica a história e os problemas da sociedade regional.

**Palavras-chave:** Regionalismo Político, Norte de Minas

O objetivo deste texto é estudar as origens e desenvolvimento histórico do regionalismo norte-mineiro, privilegiando o enfoque da sua expressão no plano político, especialmente no que concerne às relações das lideranças políticas da região com as suas congêneres estaduais e as instâncias superiores do estado. Aparentemente amplo, o objeto aqui escolhido é bastante delimitado em virtude do recorte temático escolhido e dos marcos temporais que o conceito de regionalismo adotado inevitavelmente impõe.

É sabido que os primeiros habitantes do território que hoje é o Norte de Minas são os indígenas, e que as primeiras investidas dos colonizadores nesse espaço datam do século XVI, a exemplo da expedição de Francisco Espinosa em 1553. Porém, a colonização efetiva da região se deu a partir do século XVII, com a confluência das correntes de povoamento e exploração paulista e baiana.<sup>2</sup> Apesar de esses registros antigos sugerirem uma longa história para o “Norte de Minas” não me parece ade-

---

<sup>1</sup> Professor do Departamento de História da Unimontes. Doutorando em História pela USP. Bolsista da FAPEMIG. mekie1@hotmail.com

<sup>2</sup> Embora haja divergências acerca de qual corrente de povoamento ocupou primeiro o norte de Minas, a tendência na historiografia é admitir que esta ocupação deu-se de forma simultânea por baianos e paulistas. Cf. CAMPOS, 2002.

quando tratá-los como marcos iniciais de uma região ou de um regionalismo norte-mineiro. A razão disso é que a unidade político-administrativa Minas Gerais só veio a existir a partir de 1720, com o desmembramento da Capitania de Minas Gerais em relação à Capitania de São Paulo.

A descoberta do ouro e o conseqüente crescimento demográfico na região das minas criou um mercado consumidor expressivo no “interior” da colônia, fato que permitiu a dinamização da economia das fazendas de gado situadas ao norte da zona mineradora, especialmente nas margens do rio São Francisco.<sup>3</sup>

Apesar das intensas relações comerciais, as relações políticas entre os povos do “sertão”, os mineradores e o governo da Capitania não foram inteiramente amistosas. Foram freqüentes os atritos ao longo da primeira metade do século XVIII, sendo os conflitos entre Manuel Nunes Viana e o Conde de Assumar e os motins de 1736 os mais conhecidos.<sup>4</sup>

Para alguns autores, esses atritos expressariam, já no século XVIII, uma identidade regional própria, sertaneja, são-franciscana e, possivelmente, em virtude dessa identidade e cultura próprias, expressariam um desejo de autonomia em relação à Capitania de Minas Gerais.<sup>5</sup>

Apesar de reconhecer a relevância desses eventos do tempo colonial e da forte presença dos mesmos nos discursos regionalistas produzidos nas últimas décadas do século XX e nos tempos atuais, não identifico nos mesmos os primórdios do que denomino aqui *regionalismo norte-mineiro*.

Na presente discussão, penso o regionalismo tal como define Ann Markusen: “Regionalismo é uma reivindicação política de um grupo de pessoas identificado territorialmente contra um ou muitos mecanismos do Estado.” Conforme a autora, essa definição apresenta três virtudes:

Primeiramente, ela apresenta o regionalismo através de suas relações sociais entre um grupo e outro de pessoas, não especificadas na definição, que é objetivamente antagonico a alguns fins do primeiro grupo e cuja luta ocorre dentro do setor estatal. Em segundo lugar, ela usa uma qualificação territorial que distingue grupos regionais de outros grupos sociais envolvidos em luta, e liga o território com a existência de instituições estatais, de tal maneira que ele claramente identifica uma “arena” de luta – uma arena política – mesmo que o conteúdo da luta seja econômico ou cultural. Em terceiro lugar, a definição permite um delineamento particular do grupo regional, baseado em experiências históricas e subjetivas, sem a tentativa de reduzir as pessoas a um padrão não histórico de regiões através do globo ou de assumir as formas correntes do Estado (por exemplo, nação) como base das regiões mundiais.<sup>6</sup>

---

<sup>3</sup> SANTOS, 2004.

<sup>4</sup> Cf. ANASTASIA, 1983; FIGUEIREDO, 1999; PIRES, 1979.

<sup>5</sup> COSTA, 2006, p. 20-21.

<sup>6</sup> MARKUSEN, 1991, n. 2, p. 61-99, p. 83-84.

A partir das proposições de Markusen, só é possível falar-se em regionalismo tendo em perspectiva o estado. Assim, no caso brasileiro, a emergência dos diversos movimentos regionalistas dataria do século XIX, quando se estruturou o estado nacional, especialmente após 1822.

No norte de Minas, especificamente, parece-me adequado, coerente com o conceito adotado, investigar o surgimento e as características do regionalismo a partir da década de 1830, quando são criadas as vilas na região, unidades que, àquela época, eram providas de autonomia político-administrativa e representavam, no plano local, a presença mais visível do poder público. Por isso, elegi para análise situações/ eventos históricos em que ficaram mais nítidas a mobilização das lideranças regionais junto ao poder público e que, portanto, permitem uma melhor compreensão dos elementos principais do regionalismo norte-mineiro.

É evidente que as manifestações isoladas de uma Câmara Municipal dificilmente podem ser tomadas como expressões da região. Diferentemente dos tempos atuais, não havia, naquele tempo histórico, associações que simbolizassem, institucionalmente, uma certa unidade regional. Dessa forma, são escassos os documentos produzidos que refletem essa eventual unidade.

Uma das primeiras manifestações regionalistas norte-mineiras no século XIX foi, possivelmente, um pequeno ensaio autonomista promovido pelas Câmaras de Montes Claros e Diamantina, na década de 1850. Em 1854, a Câmara Municipal de Diamantina propôs a criação de uma nova província, reunindo, genericamente, o Norte, o Jequitinhonha e o Mucuri, além de porções do Sul da Bahia, Pernambuco e Goiás. O projeto era justificado sob o argumento de que a Província de Minas era muito extensa e que, por isso, seu governo era, “por maior illustração, e boa vontade q. tenha”, incapaz de “cuidar de muitas necessidades urgentes e altamente reclamadas por muitos lugares da Província, mormente aquelles, q. estão mais affastados de suas vistas, q. disto se ressentem em alto grau”<sup>7</sup>.

Na correspondência citada, os vereadores de Diamantina pediam o apoio da Câmara de Montes Claros, bem como o envio dessa reivindicação “aos Supremos Poderes do Estado”. Os vereadores de Montes Claros discutiram o assunto na sessão do dia 7 de abril de 1854 e aderiram à causa, aprovando a seguinte “representação” dirigida aos “Augustos e Dignos Representantes da Nação”:

A C.M. da V. de M.C. de F. da Com. de S.F. da Província de M.G., julga do seu dever levar à vossa augusta presença a expressão da urgente necessidade, q há, de crear-se uma nova Província, composta desta comarca, das do Gequitinhonha e Paracatu destq a Prov<sup>a</sup>., e das q. lhe ficam limitrofes, pertencentes às Prov.<sup>a</sup> da

<sup>7</sup> DIAMANTINA. Correspondência dirigida à Câmara de Montes Claros e Formigas. 17-01-1854, p. 1. Administração Pública de Montes Claros – Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes –APMC-DPDOR.

Bahia, Pernambuco e Goiás, com Capital nesta V<sup>a</sup> ou na V<sup>a</sup> Janoária, por ser qualquer destes pontos o mais central e por conseguinte o mais proprio, q. p.<sup>a</sup> o referido fim se possa imaginar.<sup>8</sup>

A justificativa usada pelos montesclarenses assemelhava-se bastante à dos diamantinenses, embora em um tom mais agressivo. “As Comarcas acima referidas ficam mui distantes das capitais de suas respectivas Províncias e, por isso, a ação da administração é nellas frouxa, e quase nulla.”

A preocupação com a possível resistência por parte do Governo da Província de Minas fica implícita na observação de que os problemas que afligem as comarcas em questão não ocorriam por causa da “falta de zelo” dos “diversos administradores provinciais; a raiz do problema, dizia o texto, era o “enorme trabalho do expediente da Secretaria, o qual lhes rouba o tempo necessário a concepção e execução de transcendente utilidade para estes lugares longinquos.” Assim, “a consideração de ficar Minas Gerais, como semelhante mutilação, menos importante, não deve servir de embaraço a adopção de semelhante medida, cuja utilidade é incontestável.”<sup>9</sup>

A representação foi recebida pelo “Ministério do Império” ainda em maio de 1854, e remetida pelo mesmo para a Câmara dos Deputados, conforme correspondência do Governo da Província de Minas Gerais a Montes Claros, em 10 de junho do mesmo ano<sup>10</sup>. O movimento parece ter durado cerca de três anos. O último registro do mesmo data de 1857, quando foram solicitadas à Câmara de Montes Claros dados gerais acerca de suas relações econômicas com a “região” de Diamantina, Minas Novas, Grão-Mogol e Rio Pardo<sup>11</sup>.

A nova província era um amplo projeto, pois sua efetivação envolveria o “norte” e o “noroeste” de Minas (Paracatu), o Jequitinhonha e partes da Bahia, Pernambuco e Goiás. Talvez o seu fracasso esteja relacionado exatamente com a sua abrangência, porque qualquer movimento separatista comporta e atinge interesses muito diversificados. Além disso, como observa Herbert Toledo, o poder da bancada mineira no Congresso era suficiente para impedir praticamente todos os projetos que envolvessem territórios do Estado de Minas Gerais.<sup>12</sup>

---

<sup>8</sup> MONTES CLAROS. Representação à Assembléia Geral. 07-04-1854, p. 5. APMC-DPDOR.

<sup>9</sup> MONTES CLAROS. Representação à Assembléia Geral. 07-04-1854, p. 5-7. APMC-DPDOR.

<sup>10</sup> MINAS GERAIS. Correspondência à Câmara de Montes Claros e Formigas. 10-06-1854. APMC-DPDOR.

<sup>11</sup> Correspondência recebida pela Câmara de Montes Claros. 1857. A deterioração do documento não nos permitiu averiguar a data nem o emissor. Acerca desse movimento de 1854, cf. também MARTINS; MARCANDIER; SOARES, 2003, p. 70-98.

<sup>12</sup> MARTINS, 2003.

Mas, para além do separatismo, importa destacar, neste texto, a presença de alguns pontos que parecem lançar as bases de uma prática política regionalista, entre eles, o “pragmatismo”, o “governismo” e a imagem do abandono. O pragmatismo fica visível no fato de que os vereadores de Diamantina e Montes Claros utilizaram argumentos “técnicos” e “administrativos” para justificar seu projeto, como a extensão da Província de Minas Gerais, a distância da capital Ouro Preto e a impossibilidade material do governo estadual em atender as demandas da região.

Quanto ao caráter “governista”, o que se quer destacar é como um movimento dessa envergadura era tratado com “naturalidade” pelas instâncias estaduais e federais do Estado. O próprio documento de Diamantina diz que as áreas a serem separadas poderiam ser aquelas referentes ao Bispado de Diamantina que, naquela época, tinha jurisdição sobre o norte de Minas ou “d’aquelles que os mesmos Poderes em sua Alta Sabedoria julgarem mais conveniente”. Não se registram, também, represálias à iniciativa. Como observa John Wirth<sup>13</sup>, os movimentos separatistas eram muito comuns no Império e não eram tidos como “traição” ou rebeldia. Foi na República, observa o autor, que o separatismo foi elevado à condição de grave traição e submetido às mais duras repressões, inclusive armada, como ocorreu em Campanha, no sul de Minas Gerais, no final do século XIX.

Há, por fim, a exploração da imagem de uma região “longínqua”, distante da capital e, por isso, abandonada à sua própria sorte, onde as ações do poder público são “frouxas” ou “quase nulas”.

Em 1854, o discurso regionalista articulava-se a uma estratégia autonomista. Todavia, em movimentos posteriores, as mesmas imagens/idéias aparecem como elementos justificadores de ações distintas, especialmente aquelas que visavam obter investimentos junto às instâncias superiores do Estado.

A esses dados iniciais do discurso político regionalista de meados do século XIX, as lideranças regionais adicionariam outros elementos importantes na passagem do oitocentos para o século XX. Nesse período, a principal reivindicação das elites regionais era a construção da estrada de ferro na região<sup>14</sup>. Em março de 1883, os vereadores de Montes Claros reivindicaram, junto à Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas, a extensão da ferrovia até o São Francisco. Na sua resposta, a Superintendência lamenta não poder atender, a curto prazo, ao pedido da Câmara de Montes Claros, mas promete trabalhar para o “engradecimento dessa grande e uberrima zona conhecida por Norte de Minas, que como bem dizem v.sas. parecia jazer em completo esquecimento e atrazo”. Se a terra é fértil e seus filhos “inteligentes e laboriosos”, o que lhes falta? “Um favor dos poderes publicos, para tornar-se grande para ahi germinar a mais adiantada industria, para os productos de sua agricul-

---

<sup>13</sup> WIRTH, 1982.

<sup>14</sup> LESSA, 1999 e PORTO, 2002.

tura disputarem a preferência em todas as exposições internacionais”<sup>15</sup>. Esse favor era, naquele momento, a ligação ferroviária.

A visão segundo a qual havia um “grande potencial” no norte de Minas cuja exploração dependia do apoio do Estado e a visão de que os meios de transporte – ferrovia – significariam a chegada da “civilização” e do “progresso” estavam também presentes nas matérias do *Jornal Correio do Norte*, fundado em Montes Claros, em 24 de fevereiro de 1884, como órgão do Partido Conservador. As colheitas agrícolas são copiosas, dizia o jornal, em março de 1884, mas o produtor “vê-se, de ordinário, na contingência de integrá-las ao consumo pelos preços que se apresentam, a fim de não perder totalmente o fructo do trabalho e, portanto, do capital. O mesmo se verifica em relação à indústria mais explorada – criação de gado”. Como os mercados locais são pequenos, os preços caem e “destroem toda esperança de lucro. (...) Dahi o abandono de tantas fontes de riqueza, e agentes naturaes, que fazem ignoradas, ou apenas conhecidas, mas por aproveitar-se.” Como “romper esta poderosa dificuldade”? “Facilidade de transporte, isto é, uma estrada de ferro”<sup>16</sup>.

Essas “teses” ocuparam as páginas do *Correio do Norte* durante todo o período de sua existência, de 1884 a 1891. Em certas passagens, Montes Claros e a região são tratadas como o território que oferece ao “homem laborioso” as mais variadas fontes de riqueza, porque seus “matos de cultura e uberidade prodigiosa” fornecem grandes colheitas “mediante diminuto esforço”, seus campos e pastagens permitem à “indústria pastoril em alta escala; há “grandes florestas, ricas em toda sorte de madeiras”, enfim, existem “tantas riquezas naturais no reino mineral” que poderiam “constituir um vasto manancial de rendas se, por ventura, fossem convenientemente exploradas”<sup>17</sup>.

No entanto, o mesmo jornal que divulgava essa região de fartura e riqueza infundas, registrou também a miséria que assolava seus trabalhadores, especialmente nos períodos de estiagem. Tendo que conciliar o discurso grandiloquente com a penúria de famílias inteiras, o jornal atribuía à pobreza as intempéries da natureza e a falta de apoio do Governo.

Em fins da década de 1880, a seca castigou a região, trazendo à tona a realidade que o jornal vinha tentando encobrir com seu discurso ufanista. A situação é difícil, dizia o jornal em 1889, “milhares de pobres aqui e n’outros lugares vae-se agravando de dia a dia, cada vez mais. É horroroso! Os gêneros de primeira necessidade continu-

---

<sup>15</sup> BRASIL. Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros, 19-03-1883, p. 1-2. APMC-DPDOR. (Grifos meus).

<sup>16</sup> Meios de Transporte. **Correio do Norte**, Montes Claros, 16 mar. 1884, p.1.

<sup>17</sup> Industrias extractivas. **Correio do Norte**, Montes Claros, 13 abr. 1884, p. 1 O assunto foi tratado com destaque também nas seguintes edições: 16 mar. 1884; 03 mar. 1889; 03 nov. 1889; 10 nov. 1889; 24 nov. 1889; 10 dez. 1889; 17 ago. 1890; 24 ago. 1890; 26 out. 1890; 9 nov. 1890 14 dez. 1890 e 11 fev. 1891.

am por preços elevadíssimos”. Nesse momento, surge outro fato que assusta as elites norte-mineiras e que lhes será um pesadelo por todo o século XX: Montes Claros se torna um pólo de atração de imigrantes do norte (e depois nordeste): “informam-nos que de alguns pontos dos limites da Província da Bahia com esta, ao norte e leste das Gorutubas e de outros logares já teem affluído para este municipio muitas pessoas e famílias inteiras no mais deplorável estado de miseria e inanição”<sup>18</sup>.

Diante desse quadro, o que fazer? Apelar para Deus:

O desânimo começa a apoderar-se dos espíritos; a população desta cidade mostra se apprehensiva com a cessação das chuvas (...)

Pessoas religiosas e dignas de atenção, pela ardente fé, nos pedem que lembremos ao virtuoso vigário o recurso às preces *ad feetendam pluviam*, na matriz desta cidade e si fôr possível nas capelas.

Realmente si Deus não se amercear logo do norte de Minas, será mais terrível a situação deste pobre povo que a do infeliz Ceará<sup>19</sup>.

No texto inaugural do ano novo, 1890, o jornal desejava que a “Divina Providência se amercêe dos habitantes desta região mineira, livrando-os da crise terrível que os tem affligido” e “que dentro em breve as copiosas colheitas venham remunerar os (suores) dos pobres homens do trabalho, restituindo a abundância e a alegria a todos os lares”<sup>20</sup>.

Mas, além de clamar por Deus, apelava-se para o poder público:

Diante do temeroso quadro que se desenvolve a nossos olhos, não devemos imitar ao carneiro que, soffendo torturas, morre calado. Não! Devemos levar nossas queixas á presença do Governador do Estado e pedir-lhe a caridade de lançar suas benignas vistas para esta comarca, victima de miseria e da fome – pedindo-lhe socorro com toda urgencia<sup>21</sup>.

Em síntese, pode-se depreender que permanecem, no discurso e mobilização regionalistas, o pragmatismo, o governismo, o discurso do “abandono” e da ausência do governo do Estado na região, já presentes em 1854. A esses elementos somavam-se, na época, mais quatro aspectos importantes: 1) o destaque conferido ao potencial econômico da região, exemplificado pela prodigalidade dos seus recursos naturais; 2) o louvor a seus habitantes como laboriosos; 3) a reivindicação do “favor” do Estado, especialmente para a melhoria do setor de transportes; 4) o início da instrumentalização da seca e da miséria.

<sup>18</sup> Socorros públicos. **Correio do Norte**, Montes Claros, 20 out. 1889, p. 1.

<sup>19</sup> Várias notícias. **Correio do Norte**, Montes Claros, 22 dez. 1889, p. 3.

<sup>20</sup> **Correio do Norte**, Montes Claros, 5 jan. 1890, p.1.

<sup>21</sup> Ao Governador do Estado. **Correio do Norte**, Montes Claros, 2 fev. 1890, p. 4.

No pensamento das elites no final do século XIX, a região era rica, mas subexplorada. Os problemas sociais, quando reconhecidos, eram atribuídos aos fenômenos da natureza. Para enfrentá-los, recorria-se à Divina Providência e à “benignidade” do Estado.

Ao longo da primeira República, seguramente, esses elementos do regionalismo norte-mineiro sobreviveram e foram enriquecidos. É possível que a principal novidade no discurso e ação regionalista, nesse período, tenha surgido durante os episódios relacionados à construção da ferrovia na região<sup>22</sup>, a saber, a idéia de que o norte de Minas possui uma localização estratégica e que o seu desenvolvimento é uma necessidade nacional. Na década de 1920, esse argumento sustentava que a estrada de ferro funcionaria como fator de integração nacional, ligando o nordeste e sul, regiões entre as quais se localiza o norte de Minas.<sup>23</sup>

Com a crescente centralização do poder político-administrativo após 1930 e principalmente entre 1937 e 1945, os movimentos regionalistas parecem ter refluído. Como observa Vera Alice Cardoso Silva, o regionalismo fragiliza-se em sistemas centralizadores e autoritários, combinando-se melhor com sistemas democráticos.<sup>24</sup> O momento-símbolo da negação, por parte do poder central, das expressões regionalistas, durante o Estado Novo, ocorreu em dezembro de 1937, ocasião em que o Presidente Vargas promoveu a cerimônia de queima de todas bandeiras estaduais, sob o argumento de que a unidade da nação não comportava interesses particularistas e provincianos.

No período democrático, 1945-1964, as demandas de cunho regionalista voltaram à cena com maior vigor. A hegemonia do pensamento desenvolvimentista, cuja ênfase estava na industrialização estimulada e planejada pelo estado como estratégia-síntese do desenvolvimento<sup>25</sup>, era convergente com a mobilização de grupos regionais junto às instâncias do poder público com vistas a carrear recursos para suas respectivas regiões.

No norte de Minas Gerais, esse período é também importante porque marca o início da organização das elites regionais, aspecto materializado no surgimento da Sociedade Rural de Montes Claros, em 1944, e da Associação Comercial e Industrial – ACI, em 1949, entidades que seriam personagens centrais no regionalismo norte-mineiro na segunda metade do século XX.

---

<sup>22</sup> A cronologia da expansão ferroviária pelo norte de Minas é a seguinte: Em 1908 foi inaugurado o terminal de Várzea da Palma; Pirapora, em 1911; Bocaiúva, em 1924; Montes Claros, em 1926; Janaúba, em 1945;. Monte Azul, em 1946, e a ligação com a Leste Brasileiro, na Bahia, foi concluída em 1950. LESSA, 1999, p. 83–110.

<sup>23</sup> Cf. LESSA, 1999, p. 83–110, p. 97 e PORTO, 2002, p. 118, 122–123, 125.

<sup>24</sup> SILVA, 1990, p. 43-49.

<sup>25</sup> BIELCHOWSKY, 1996.



Coerente com a conjuntura desenvolvimentista, as elites estaduais promoveram, em parceria com a suas congêneres norte-mineiras, a 3ª Reunião das Classes Produtoras de Minas Gerais, em Montes Claros, no ano de 1953. Capitaneado pela Associação Comercial de Minas Gerais e contando com o apoio da ACI, o evento reuniu as principais lideranças políticas, empresários e proprietários rurais da região. Ao final do encontro foram definidas as 18 recomendações, dentre as quais destacavam-se

1ª) Extinção das Barreiras e Correntes Fiscais;

(...)

3ª) Instalação em Montes Claros de um Matadouro Frigorífico;

(...)

10ª) Instalação nas sedes dos municípios da região Norte-Mineira de Agências da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) para financiamento aos pequenos agricultores;

(...)

13ª) Instalação pelo SENAC em Montes Claros de curso de aperfeiçoamento de contadores, guarda-livros e empregados de escritório;

14ª) Que os institutos de previdência façam aplicar as rendas auferidas na região Norte-Mineira na própria região;

15ª) Que o SENAI instale em Montes Claros uma escola de aprendizagem industrial;

16ª) Que seja solicitado do Congresso nova modificação da Lei de Imposto de Renda, aumentando o limite de isenção de rendimentos das pessoas físicas e das deduções para esposas e filhos;

17ª) Que consiga dos órgãos superiores da fiscalização federal e estadual a adoção do critério da dupla visita, sendo a primeira [visita] para fins de orientação e esclarecimento ao contribuinte para maior harmonia entre fisco e contribuintes;

(...) <sup>26</sup>

Sob vários aspectos, esse evento de 1953 é instrutivo para a presente análise. Em primeiro lugar, revela que, para além das lideranças políticas convencionais, as mobilizações regionalistas passam a ser bandeira também de entidades de classe, demonstrando a organização da burguesia regional, algo que só cresceria ao longo das décadas seguintes. Em segundo lugar, Montes Claros, além de sediar o evento, é o município que mais se beneficiaria com os investimentos reclamados, tendência que se confirmaria com a implantação do parque industrial incentivado pela SUDENE, a

---

<sup>26</sup> **Gazeta do Norte**, Montes Claros, 27 set. 1953, p. 1 e 4.

partir de 1965. Quanto às “recomendações” propriamente ditas, nota-se a ênfase na isenção de impostos, na reivindicação de tratamento fiscal privilegiado, na necessidade de treinamento de mão-de-obra e na demanda por apoio estatal com vistas à construção de um frigorífico, medida que refletia de forma mais evidente o interesse das mais expressivas lideranças regionais cuja atividade econômica era justamente a pecuária. Pode-se depreender desse conjunto de reivindicações a visão das elites regionais acerca dos caminhos para o desenvolvimento do norte de Minas. Para elas, em síntese, o desenvolvimento dependeria de 1) tratamento especial por parte do estado para os criadores de gado e comerciantes, na forma de isenção de impostos e concessão de crédito, 2) investimentos públicos em infra-estrutura, 3) financiamento para construção do frigorífico e 4) treinamento da mão-de-obra.

A reunião de 1953 e as diretrizes dela resultantes parecem ser o marco inaugural de uma nova fase no regionalismo norte-mineiro, diferenciando-se, mas sem contradizer, em relação às estratégias anteriores, pela presença organizada dos fazendeiros, comerciantes e alguns industriais, por meio de suas entidades, pela articulação com a fração estadual da burguesia e pela apresentação de um conjunto razoavelmente articulado de diretrizes gerais, ao invés de reivindicações isoladas.

Esses novos elementos no regionalismo norte-mineiro conjugavam-se com o legado do século XIX e da Primeira República – o discurso do abandono, a reivindicação por mais recursos e presença do governo estadual e federal, o governismo, o pragmatismo e a exploração política da irregularidade das chuvas.

Mas foi a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959, o que possibilitou a soldagem efetiva dessas várias imagens e estratégias do discurso e ação regionalista. A ênfase nos incentivos fiscais dada pela SUDENE e a visão de que a industrialização e o desenvolvimento dependiam da ação do poder público em obras de infra-estrutura são recebidas com entusiasmo pelas elites regionais e vistas, efetivamente, como a possibilidade de efetivação de suas demandas.

Além disso, na batalha travada pelos grupos regionais contra a bancada nordestina para incluir o norte de Minas na área de atuação da SUDENE e nas mobilizações que se seguiram ao longo da “Era SUDENE”, as lideranças regionais lançaram mão do discurso da pobreza, exploraram a imagem da seca e do abandono, insistiram em divulgar o subdesenvolvimento norte-mineiro, no intuito de “provar” a semelhança da região com o nordeste e, portanto, a justiça da sua inclusão na área do Polígono das Secas.<sup>27</sup>

Nesse esforço “nordestinizador” trabalharam lideranças políticas, jornalistas, escritores e entidades de classe. Mais do que nunca, era necessário instituir e/ou fortale-

---

<sup>27</sup> Cf. OLIVEIRA, 2000; SUDEMINAS, 1967; **Revista Encontro**, Montes Claros, 1962. **Diário de Montes Claros**, Montes Claros, 26 mar. 1963. p.1, 6.

cer/solidificar a idéia de “norte de Minas” e, em virtude da SUDENE, nada mais interessante que essa região fosse compreendida e divulgada como “nordestina”. Para tanto, além dos elementos que integravam o pensamento regionalista desde meados do século XIX como se registrou anteriormente, recorreu-se à história, partindo do povoamento, passando pela colonização e, posteriormente, pelas agruras comuns durante as estiagens, buscou-se instituir/explorar as semelhanças do norte de Minas com os baianos e/ou nordestinos. Na expressão de Eric Hobsbawm e Terence Ranger, inventou-se uma tradição.<sup>28</sup>

A partir da SUDENE, e em grande parte por causa dela, instituiu-se o norte de Minas como uma região “seca”, “pobre”, “abandonada”, “não-mineira”, “nordestina” ou “baianeira”. Parece um caso concreto em que o regionalismo cria a região, assim como o nacionalismo estabelece as nações.<sup>29</sup>

**Abstract:** This article broach the emergence and historical development of political regionalism in North of Minas Gerais, starting from its beginning around nineteenth century until the consolidating in 1960's. The purpose is to identify how it's formed, observing the perspective of the historical successive situation, the North of Minas regionalism, pointing out its main features. The main conclusion is that the speech and regionalism practice made the region, the North of Minas, and produced a source from which explain the history and problems of the regional society.

**Keywords:** Political Regionalism, North of Minas

### Fontes

BRASIL. Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros, 19-03-1883, p. 1-2. APMC-DPDOR.

DIAMANTINA. Correspondência dirigida à Câmara de Montes Claros e Formigas. 17-01-1854.

JORNAL DIÁRIO DE MONTES CLAROS. Montes Claros, 26 mar. 1963..

JORNAL CORREIO DO NORTE. 24-02-1884 a 24-02-1885; 01-03-1889 a 01-03-1891.

JORNAL GAZETA DO NORTE. Montes Claros, 27 set. 1953.

MINAS GERAIS. Correspondência à Câmara de Montes Claros e Formigas. 10-06-1854, APMC-DPDOR.

---

<sup>28</sup> HOBSBAWM; RANGER, 1984.

<sup>29</sup> HOBSBAWM, 1990.

MONTES CLAROS. Representação à Assembléia Geral. 07-04-1854 - APMC-DPDOR.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, 1979.

**Revista Encontro**. Montes Claros, 1962.

SUDEMINAS. **A zona mineira do polígono das secas e o nordeste brasileiro**. Belo Horizonte: SUDEMINAS, 1967.

### Referências

ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A sedição de 1736**: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 3. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros**. “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”. 1693–1737. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianos**: englobamento, exclusão e resistência. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

FIGUEIREDO, Luciano. Furores sertanejos na América Portuguesa: rebelião e cultura política no sertão do rio São Francisco, Minas Gerais - 1736. **Revista Oceanos**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, dez. 1999, n. 40, p. 128-144.

HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo desde 1870**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

LESSA, Simone Narciso. Montes Claros – uma cidade nas principais vias do sertão. **Caminhos da História**. Montes Claros: Unimontes, v. 4, n.4, 1999, p.83-110.

MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e debates**. São Paulo: Cortez, 1991, Ano 1, n. 2, p. 61-99.

MARTINS, Herbert Toledo. **A fragmentação do território nacional**: a criação

de novos estados no Brasil (1823–1988). Tese. Doutorado em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

MARTINS, Herbert; MARCANDIER, Andrea Passos L.; SOARES, Deidre de Cássia. A unidade na diversidade: a integridade do território de Minas Gerais. In: SOARES, Astréia; BARBOSA, Márcio Venício (Orgs.). **Iniciação Científica Newton Paiva**. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva, 2003, p. 70-98.

OLIVEIRA, Evelina Antunes Fernandes. **Nova cidade, velha política: Poder local e desenvolvimento regional na Área Mineira do Nordeste**. Maceió: EDUFAL, 2000.

PORTO. **Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. **Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco e do Verde Grande (1688–1732)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SILVA, Vera Alice Cardoso. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: AMADO, Janaina; SILVA, Marcos (Orgs.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

WIRTH, John D. **O fiel da balança: Minas Gerais na Federação Brasileira 1889–1937**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

